



-----ATA NÚMERO VINTE E DOIS/DOIS MIL E DOZE -----

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO-----

----- MARCO DE CANAVESES DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012 -----

----- Aos treze dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e doze, nos Paços do Concelho, presidida pelo Senhor Dr. Manuel Maria Moreira, Presidente da Câmara Municipal do Marco de Canaveses e com a presença dos Senhores Vereadores: Eng.º José António Carvalho Soares da Mota, Dra. Gorete Manuela Bouça da Costa Monteiro Oliveira, Dra. Carla Manuela de Abreu Massa Babo Ribeiro, Eng.º Bruno Filipe Teixeira Magalhães, Dr. Artur Elísio de Braga de Melo e Castro, tendo faltado por motivo justificado o vereador Avelino Ferreira Torres e comigo João Paulo Afonso Maricato, Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças da Câmara Municipal, como secretário da presente reunião, reuniu ordinariamente, a Câmara Municipal do Marco de Canaveses. Quando eram quinze horas, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- O Senhor Presidente começou por informar sobre a ausência do senhor Chefe de Gabinete, Dr. Manuel Rocha, pelo facto do falecimento do seu Avô, e que o funeral se realiza, precisamente às 16 horas do dia de hoje. Apresentou um voto de pesar em nome do executivo, ao qual se associaram todos os membros presentes na reunião. -----

----- O Senhor Presidente iniciou a reunião informando sobre a presença num jantar solidário a favor do Centro Social e Paroquial de Carvalhosa, realizado no passado dia 23 de Novembro. -----



----- Deu conhecimento da inauguração de pavimentações de algumas ruas e lançamento da primeira pedra da Casa Mortuária e Sanitários Públicos de Aversadas, no dia 24 de Novembro. -----

----- Informou sobre a realização pela Câmara Municipal da prova de vinhos de S. Martinho, no âmbito das Rota de Vinhos Verdes do Marco, que teve lugar no passado dia 24 de Novembro, nas instalações da EPAMAC. -----

----- Deu conhecimento da sua presença no jantar de angariação de fundos a favor do Centro Social e Paroquial da Vila de Alpendorada, realizado no dia 24 de Novembro. -----

----- Informou sobre a inauguração da requalificação do Centro de Dia do Centro Social e Paroquial de S. Romão de Paredes de Viadores, que se realizou no dia 25 de Novembro. -----

----- Deu conhecimento da sua presença na Assembleia-geral ordinária da Entidade de Turismo do Porto e Norte de Portugal, que se realizou na Casa das Artes em Felgueiras, no dia 27 de Novembro, para entre outros assuntos, aprovar o Plano e o Orçamento para 2013. -----

----- Informou sobre as reuniões do passado dia 29 de Novembro, para a apresentação do orçamento aos Partidos e Movimentos com representação na Assembleia Municipal. Apesar de todos terem sido convidados, apenas compareceram os representantes do PSD e PS. -----

----- Informou sobre a presença no dia 30 de Novembro na inauguração da sede do Conselho Empresarial do Tâmega e Sousa, na Casa das Torres em Felgueiras.

----- Deu conhecimento da realização da Conferência; "Programa Estratégico – Impulso Jovem", que teve como orador convidado, Vítor Pinheiro, diretor



executivo do programa "Impulso Jovem", realizada no dia 30 de Novembro, no âmbito das Conferências do Marco. -----

----- Informou sobre a presença no jogo inaugural do Campeonato da LIMFA, no campo de futebol de Manhuncelos, no dia 2 de Dezembro. -----

----- Deu conhecimento da realização pela Câmara Municipal das comemorações do Dia Internacional do Cidadão com Deficiência, que teve lugar no passado dia 3 de Dezembro, na Praça da Cidade do Marco de Canaveses. -----

----- Informou sobre a presença na reunião de trabalho, organizada pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, que versou sobre a temática, "Reorganização da Administração Local e as Suas Consequências", realizada no Município de Amarante, no dia 5 de Dezembro. -----

----- Deu conhecimento da realização da Assembleia-geral eleitoral da Entidade do Turismo do Porto e Norte de Portugal, que se realizou no passado dia 7 de Dezembro, com a eleição dos novos dirigentes. -----

----- Informou da sua presença na Noite de Variedades na Casa do Povo de Soalhães, que se realizou no dia 29 de Novembro, organizada pela CERCIMARCO, para angariação de fundos. -----

----- Deu conhecimento da presença no próximo dia 15 de Dezembro na cerimónia de Juramento do Compromisso de Honra dos novos membros ativos da Delegação do Marco de Canaveses da Cruz Vermelha Portuguesa na freguesia de Ariz. -----

----- Informou sobre a realização do Concerto de Natal e do Encerramento das Comemorações dos 160 anos da fundação do Concelho do Marco de Canaveses, com a participação da Banda de Música de Vila Boa de Quires e de vários Coros



do Concelho, que terá lugar no Salão Paroquial de Sande. -----

----- Deu conhecimento da realização do Almoço de Natal Solidário, que terá lugar no próximo dia 19 de Dezembro, no Pavilhão Bernardino Coutinho, que se destina a 1000 pessoas carenciadas e idosos do Concelho de Marco de Canaveses. -----

----- Informou sobre o início da atividade de educação física e desportiva das AEC's, desde o início do mês de Dezembro nas Escolas do 1º Ciclo do Concelho. -

-----De seguida, o Senhor Presidente, deu a palavra ao Senhor Vice-presidente, Eng. José Mota, que informou sobre as experiências que se tem estado a realizar nas piscinas ao ar livre do Marco de Canaveses, tendo em vista a realização de testes para requalificação das águas do Rio Tâmega. -----

----- O Senhor Presidente informou sobre o aumento de 18% no valor da recolha seletiva de resíduos sólidos, que se verificou no concelho do Marco de Canaveses, que coloca o concelho em valores acima da média nacional. -----

----- De seguida o Senhor Presidente deu a palavra aos Senhores Vereadores que desejassem intervir. -----

----- O Senhor Vereador, Eng. Bruno Magalhães, solicitou a palavra para pedir ao Senhor Presidente uma relação sobre todas as ações judiciais, que se encontram a decorrer contra a própria Câmara Municipal e ou contra membros do executivo camarário e simultaneamente uma relação de todas as ações que a Câmara Municipal tenha a decorrer contra terceiros e se possível indicando qual o ponto de situação em que as referidas ações se encontram, nomeadamente a situação que envolve as "Águas do Marco". -----



----- O Senhor Vereador, Eng. Bruno Magalhães do MCFT, solicitou a introdução de um ponto, na ordem de trabalho com uma proposta de atribuição de subsídio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Marco de Canaveses para a reparação de viaturas acidentadas. -----

----- O Senhor Presidente referiu que não faz sentido a introdução na ordem de trabalhos da proposta do Senhor Vereador Engº Bruno Magalhães, dado que a Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Marco de Canaveses já formalizou o referido pedido de apoio à Câmara Municipal para a reparação de uma das viaturas acidentadas, por falta de cobertura pelo seguro desse sinistro. Referiu ainda, que não agendou a proposta de apoio financeiro para o efeito, porque se solicitou à referida Corporação de Bombeiros o orçamento para a reparação da viatura acidentada, para poder decidir o valor do apoio a conceder. Está por isso a aguardar essa resposta para poder apresentar a referida proposta de apoio financeiro aos Bombeiros do Marco de Canaveses.---

----- O Senhor Vereador, Engº Bruno Magalhães, aceitou a explicação do Senhor Presidente.-----

----- Como mais nenhum Vereador solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara propôs que se passasse à ordem de trabalhos: -----

-----ORDEM DE TRABALHOS-----

1. Aprovação da ata da reunião do dia 22 de novembro de 2012.-----

Presente a ata da reunião do dia 22 de novembro de 2012, a qual, depois de lida, foi aprovada por **unanimidade**. -----

2. Balancete de Tesouraria de 12/dezembro/2012. Foi apreciado o balancete de



tesouraria de doze de dezembro de dois mil e doze, onde se constatou que havia um saldo de 2.675.527,23 € (dois milhões seiscentos setenta e cinco mil e quinhentos e vinte e sete euros e vinte e três cêntimos) de Operações Orçamentais e 873.077,28 € (oitocentos e setenta e três mil e setenta e sete euros e vinte e oito cêntimos) de Operações Não Orçamentais. -----

Tomado Conhecimento.-----

3. Alteração nº. 7 ao Orçamento e nº 7 às Grandes Opções do Plano para o Ano Económico de 2012. **Ratificação.** Presente informação do Departamento de Administração Geral e Finanças.-----

Deliberado por maioria com os votos contra dos vereadores do PS e MCFT, ratificar a alteração orçamental mencionada.-----

4. Forma de cálculo para atribuição de subsídios às Associações de natureza desportiva relativamente às modalidades coletivas federadas e não federadas para a época desportiva 2012/2013. Presente proposta do Senhor Presidente.

Deliberado por maioria com os votos contra dos vereadores do PS e MCFT, que apresentaram declaração de voto, aprovar a proposta apresentada. Declaração de voto do vereador, Eng. Bruno Magalhães, "Voto contra uma vez que não foi efetuada uma avaliação económica e social, com o intuito de perceber qual ou quais as associações que permitem obter maior rendimento". A declaração de voto do vereador, Dr. Artur Melo, encontra-se anexo à presente ata.-----

5. Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo entre a Câmara Municipal do Marco de Canaveses e o Hóquei Clube do Marco para atribuição de um subsídio de 11.934,80 €, de apoio à época desportiva 2012/13.-----



Deliberado por maioria com os votos contra dos vereadores, do PS, que apresentou declaração de voto, que se encontra anexa a esta ata, e do MCFT, aprovar o Contrato Programa supra referido, dando-se poderes ao Sr. Presidente ou seu substituto legal para assinatura do mesmo.-----

6. Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo entre a Câmara Municipal do Marco de Canaveses e o Futebol Clube de Vila Boa de Quires para atribuição de um subsídio de 5.478,80 €, de apoio à época desportiva 2012/13.-----

Deliberado por maioria com os votos contra dos vereadores do PS e do MCFT, que apresentou declaração de voto que se encontra anexa a esta ata, aprovar o Contrato Programa supra referido, dando-se poderes ao Sr. Presidente ou seu substituto legal para assinatura do mesmo.-----

7. Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo entre a Câmara Municipal do Marco de Canaveses e o Grupo Desportivo e Recreativo de Soalhães para atribuição de um subsídio de 3.480,00 €, de apoio à época desportiva 2012/13.-----

Deliberado por maioria com os votos contra dos vereadores do PS e do MCFT, que apresentou declaração de voto que se encontra anexa a esta ata, aprovar o Contrato Programa supra referido, dando-se poderes ao Sr. Presidente ou seu substituto legal para assinatura do mesmo.-----

8. Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo entre a Câmara



Municipal do Marco de Canaveses e o Grupo Desportivo da Livração para atribuição de um subsídio de 5.680,80 €, de apoio à época desportiva 2012/13.-----

Deliberado por maioria com os votos contra dos vereadores do PS e do MCFT, que apresentou declaração de voto que se encontra anexa a esta ata, aprovar o Contrato Programa supra referido, dando-se poderes ao Sr. Presidente ou seu substituto legal para assinatura do mesmo.-----

9. Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo entre a Câmara

Municipal do Marco de Canaveses e a Associação Desportiva de Constance para atribuição de um subsídio de 6.905,00 €, de apoio à época desportiva 2012/13.-----

Deliberado por maioria com os votos contra dos vereadores do PS e do MCFT, que apresentou declaração de voto que se encontra anexa a esta ata, aprovar o Contrato Programa supra referido, dando-se poderes ao Sr. Presidente ou seu substituto legal para assinatura do mesmo.-----

10. Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo entre a Câmara

Municipal do Marco de Canaveses e o Grupo Desportivo de Magrelos para atribuição de um subsídio de 3.071,20 €, de apoio à época desportiva 2012/13.-----

Deliberado por maioria com os votos contra dos vereadores Dr. Artur Melo do PS, e Eng. Bruno Magalhães do MCFT, que apresentou declaração de voto que se encontra anexa a esta ata, aprovar o



Contrato Programa supra referido, dando-se poderes ao Sr. Presidente ou seu substituto legal para assinatura do mesmo.-----

11. Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo entre a Câmara Municipal do Marco de Canaveses e o Futebol Clube de Paços de Gaiolo para atribuição de um subsídio de 5.478,80 €, de apoio à época desportiva 2012/13.-----

Deliberado por maioria com os votos contra dos vereadores do PS e do MCFT, que apresentou declaração de voto que se encontra anexa a esta ata, aprovar o Contrato Programa supra referido, dando-se poderes ao Sr. Presidente ou seu substituto legal para assinatura do mesmo.-----

12. Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo entre a Câmara Municipal do Marco de Canaveses e a Associação Desportiva do Marco 09 para atribuição de um subsídio de 22.444,40 €, de apoio à época desportiva 2012/13.-----

Deliberado por maioria com os votos contra dos vereadores do PS e do MCFT, que apresentou declaração de voto que se encontra anexa a esta ata, aprovar o Contrato Programa supra referido, dando-se poderes ao Sr. Presidente ou seu substituto legal para assinatura do mesmo.-----

13. Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo entre a Câmara Municipal do Marco de Canaveses e a Associação Cultural e o Futebol Clube de Vila Boa do Bispo para atribuição de um subsídio de 5.859,10 €, de apoio à época desportiva 2012/13.-----



Deliberado por maioria com os votos contra dos vereadores do PS e do MCFT, que apresentou declaração de voto que se encontra anexa a esta ata, aprovar o Contrato Programa supra referido, dando-se poderes ao Sr. Presidente ou seu substituto legal para assinatura do mesmo.-----

14. Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo entre a Câmara Municipal do Marco de Canaveses e o Grupo Desportivo Foz do Tâmega Torrão para atribuição de um subsídio de 1.797,80 €, de apoio à época desportiva 2012/13.-----

Deliberado por maioria com os votos contra dos vereadores do PS e do MCFT, que apresentou declaração de voto que se encontra anexa a esta ata, aprovar o Contrato Programa supra referido, dando-se poderes ao Sr. Presidente ou seu substituto legal para assinatura do mesmo.-----

15. Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo entre a Câmara Municipal do Marco de Canaveses e a Associação Recreativa e Cultural de São Lourenço do Douro para atribuição de um subsídio de 11.129,00 €, de apoio à época desportiva 2012/13.-----

Deliberado por maioria com os votos contra dos vereadores do PS e do MCFT, que apresentou declaração de voto que se encontra anexa a esta ata, aprovar o Contrato Programa supra referido, dando-se poderes ao Sr. Presidente ou seu substituto legal para assinatura do mesmo.-----

16. Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo entre a Câmara Municipal do Marco de Canaveses e a Associação Cultural e Desportiva da Casa



do Povo de Vila Boa do Bispo para atribuição de um subsídio de 31.523,20 €, de apoio à época desportiva 2012/13.-----

Deliberado por maioria com os votos contra dos vereadores do PS e do MCFT, que apresentou declaração de voto que se encontra anexa a esta ata, aprovar o Contrato Programa supra referido, dando-se poderes ao Sr. Presidente ou seu substituto legal para assinatura do mesmo.-----

17. Prestação de Serviços para assegurar a função de professor de natação na Piscina Municipal do Marco de Canaveses – Período de 2 de janeiro a 30 de junho de 2013. Presente proposta.-----

Deliberado por unanimidade autorizar e aprovar o procedimento proposto.-----

18. Prestação de Serviços para assegurar a função de professor no âmbito das escolas municipais de Desporto e Marco Sénior no Desporto – Período de 5 de janeiro a 15 de junho de 2013. Presente proposta.-----

Deliberado por unanimidade autorizar e aprovar o procedimento proposto.-----

19. Prestação de Serviços para assegurar a função de professor no âmbito das escolas municipais de Desporto e Marco Sénior no Desporto – Período de 5 de janeiro a 15 de junho de 2013. Presente proposta.-----

Deliberado por unanimidade autorizar e aprovar o procedimento proposto.-----

20. Prestação de Serviços – Acompanhamento judicial.-----

Presente proposta do Senhor Presidente no sentido de assegurar a



continuidade do acompanhamento judicial dos processos em contencioso.-----

Deliberado maioria com as abstenções dos vereadores do PS e do MCFT, autorizar o ajuste direto à Sociedade de Advogados "Delgado e Associados – Sociedade de Advogados RL".-----

21. Contratação Pública (GIP) – Gabinete de Inserção Profissional - Ajuste direto. Presente Relatório de Análise.-----

Deliberado por unanimidade autorizar a celebração do ajuste direto a Hélia Alexandra Pereira Carneiro, nos termos propostos.-----

22. Contrato de Comodato a celebrar entre o Município do Marco de Canaveses e Joaquim Monteiro de Oliveira e Emília Alves Marques de Oliveira. Presente minuta do contrato mencionado.-----

Deliberado por maioria com o voto contra do vereador do MCFT, que apresentou a seguinte declaração de voto, "voto contra uma vez que o contrato de comodato contempla um período muito inferior o contrato de comodato relativo ao terreno da EDP e o custo total da obra não sendo apresentado suscita-me dúvidas", autorizar a celebração do contrato de comodato mencionado, dando-se poderes ao Sr. Presidente ou seu substituto legal para assinatura do mesmo.

23. Execução de infra-estruturas de loteamento, hipoteca de lotes como caução. Loteamento: Lugar da Barroca, Avessadas; Requerente: Maria da Glória Freitas Moreira. Presente proposta.-----

Deliberado por unanimidade aceitar a prestação de caução nos termos propostos.-----

24. Aquisição de terreno na área arqueológica do Freixo – Minuta de contrato



de compra e venda. Presente informação da Divisão de Assuntos Jurídicos e Fiscalização.-----

Deliberado por unanimidade aprovar a minuta apresentada, dando-se poderes ao Sr. Presidente ou seu substituto legal para assinatura do mesmo.-----

25. Sistema de Drenagem de Águas residuais de Zonas Parcelares –
Localização da passagem de conduta – Minuta de constituição de servidão.
Presente informação da Divisão de Assuntos Jurídicos e Fiscalização.-----

Deliberado por maioria com abstenção do vereador do MCFT, aprovar a minuta apresentada, dando-se poderes ao Sr. Presidente ou seu substituto legal para assinatura do mesmo.-----

26. Pedido de isenção do pagamento de taxas referentes ao licenciamento de construção e de utilização do Processo de obras n.º C-EDI 35/2012.
Requerente: Associação Regional do Minho das Testemunhas de Jeová.
Presente informação da Divisão de Assuntos Jurídicos e Fiscalização.-----

Deliberado por unanimidade aprovar a isenção de taxas requerida.-----

27. Contrato de parceria para instalação de um painel de vídeo-led no Concelho do Marco de Canaveses entre o Município do marco de Canaveses, Ledmania, Lda. e AEMarco – Associação Empresarial do Marco de Canaveses.
Presente proposta e minuta de contrato.-----

Deliberado por unanimidade aprovar a proposta e minuta apresentada, dando-se poderes ao Sr. Presidente ou seu substituto legal para assinatura do mesmo.-----

28. Protocolo entre a Câmara Municipal de Marco de Canaveses e a Associação



Coração Alegre para atribuição de uma comparticipação financeira de 4.000,00€ de apoio à execução da obra de requalificação do edifício da antiga EB1 de Vila Nova. Presente o Protocolo mencionado.-----

Deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo mencionado, dando-se poderes ao Sr. Presidente ou seu substituto legal para assinatura do mesmo.-----

29. Alteração à Cláusula Primeira do Protocolo de Colaboração Financeira celebrado entre o Município do Marco de Canaveses e a Freguesia de Penha Longa. Presente minuta de alteração.-----

Deliberado por unanimidade aprovar a minuta apresentada, dando-se poderes ao Sr. Presidente ou seu substituto legal para assinatura do mesmo.-----

30. Alteração à Cláusula Primeira do Protocolo de Colaboração Financeira celebrado entre o Município do Marco de Canaveses e a Freguesia de Toutosa. Presente minuta de alteração.-----

Deliberado por unanimidade aprovar a minuta apresentada, dando-se poderes ao Sr. Presidente ou seu substituto legal para assinatura do mesmo.-----

31. Alteração à Cláusula Primeira do Protocolo de Colaboração Financeira celebrado entre o Município do Marco de Canaveses e a Freguesia de S. Nicolau. Presente minuta de alteração.-----

Deliberado por unanimidade aprovar a minuta apresentada, dando-se poderes ao Sr. Presidente ou seu substituto legal para assinatura do mesmo.-----



32. Alteração à Cláusula Primeira do Protocolo de Colaboração Financeira celebrado entre o Município do Marco de Canaveses e a Freguesia de Alpendorada e Matos. Presente minuta de alteração.-----
Deliberado por unanimidade aprovar a minuta apresentada, dando-se poderes ao Sr. Presidente ou seu substituto legal para assinatura do mesmo.-----
33. Deliberação sobre alteração da fórmula de cálculo da compensação prevista no artigo G/1 - 35.º do Código Regulamentar Municipal. Presente proposta.-----
Deliberado por maioria com abstenção do vereador do MCFT, aprovar a proposta apresentada. À Assembleia Municipal.-----
34. Alteração ao Regulamento de Utilização das Piscinas Municipais, integrado no capítulo 2, da Parte D - Apoio e Fomento, do Código Regulamentar do Município do Marco de Canaveses. Presente proposta.-----
Deliberado por maioria com abstenção do vereador do MCFT, aprovar a proposta apresentada. À Assembleia Municipal.-----
35. Proposta de Isenção de pagamento de 50% do valor do passe a família carenciada - Transporte Escolar. Presente proposta.-----
Deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.-----
36. Comparticipação do valor do ¹⁵Passe Escolar - Plano de Transportes Escolares. Presente proposta.-----
Deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.-----
37. Protocolo de cedência de edifício a celebrar entre o Município do Marco de Canaveses e o Ministério da Administração Interna através da Direção Geral



das Infra-Estruturas e Equipamentos. Presente o Protocolo mencionado.-----

Deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo mencionado, dando-se poderes ao Sr. Presidente ou seu substituto legal para assinatura do mesmo.-----

- 38.** Atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Santo Isidoro para compartilhar a realização da Festa em honra de Santo Isidoro, Padroeiro Freguesia que se realizou nos dias 27, 28 e 29 de Abril de 2012 – € 400 (quatrocentos euros);-----

Presente proposta de atribuição do subsídio por parte do Senhor Presidente.--

Deliberado por maioria com abstenção do vereador do MCFT, que apresentou declaração de voto, " abstenho-me por uma questão de coerência, referindo que penso existir necessidades sociais mais urgentes", atribuir o subsídio proposto.-----

- 39.** Atribuição dos seguintes subsídios:-----

- Associação de Desenvolvimento Económico-Social e Cultural da Freguesia de Banho e Carvalhosa, para compartilhar o desenvolvimento das suas atividades, € 500 (quinhentos euros).-----

- Associação dos Amigos do Rio Ovelha, para compartilhar o desenvolvimento das suas atividades, € 800 (oitocentos euros). -----

- Festada de Danças e Cantares de Vila Boa do Bispo, para compartilhar o desenvolvimento das suas atividades, € 400 (quatrocentos euros);-----

Presente proposta de atribuição dos subsídios por parte do Senhor Presidente.

Deliberado por maioria com abstenção do vereador do MCFT, que apresentou declaração de voto, " abstenho-me por uma questão de



coerência, referindo que penso existir necessidades sociais mais urgentes” atribuir os subsídios propostos.-----

- 40.** Atribuição de subsídios às Juntas de Freguesia para Limpeza das Vias Públicas - 2º Semestre de 2012. Presente proposta do Senhor Vice - Presidente, Engº José Mota.-----

Deliberado por unanimidade atribuir os subsídios propostos.-----

- 41.** Informação sobre os compromissos plurianuais face à autorização prévia, no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso - LCPA. Presente proposta do Senhor Presidente.-----

Tomado conhecimento. À Assembleia Municipal para conhecimento.

- 42.** Deliberação sobre Omissões não reguladas e alterações no Regulamento de Resíduos Sólidos Urbanos e Limpeza Pública do Código Regulamentar Municipal; Presente proposta do Senhor Vice-Presidente, Engº José Mota.-----

Deliberado por maioria com abstenção dos vereadores do PS e do MCFT, aprovar a proposta apresentada. À Assembleia Municipal.-----

- 43.** Ciclo de revisão tarifária 2013 - Águas do Marco, S.A - Aprovação de tarifário para o ano de 2013. Presente proposta do Senhor Vice-Presidente, Eng.º José Mota.-----

Deliberado por maioria com abstenção dos vereadores do PS e do MCFT, aprovar a proposta apresentada. À Assembleia Municipal.-----

- 44. / 45 .** - Proposta de Funcionamento das Piscinas Municipais. Presente proposta do Senhor Vice-Presidente, Engº José Mota.-----

Deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.-----

- 46.** Organização dos Serviços Municipais. Presentes as seguintes propostas do



Senhor Presidente:-----

- Organização dos serviços municipais Moldura Organizacional;-----
- Organização dos serviços municipais Estrutura Orgânica Flexível;-----
- Organização dos serviços Municipais – Criação de Subunidades Orgânicas;
- Regulamento de organização dos serviços do Município de Marco de Canaveses;-----
- Organização dos serviços Municipais – Comissão de Serviços dos Titulares de Cargos Dirigentes.-----

Deliberado por maioria com abstenção do vereador do MCFT, aprovar as propostas apresentadas. À Assembleia Municipal a proposta sob epígrafe Moldura Organizacional.-----

47. Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2013. Presente Proposta do Senhor Presidente.-----

Pela Senhora vereadora, Dr. Carla Babo, responsável pelo pelouro financeiro da autarquia, foi apresentado de forma resumida as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2013, nos seguintes termos.-----

Os documentos previsionais contêm as Grandes Opções do Plano – consubstanciadas no Plano Plurianual de Investimentos - e pelo Orçamento.

Os documentos previsionais foram elaborados de acordo com o estipulado no POCAL e plasman as prioridades do atual executivo, limitadas pelas restrições: quer do cumprimento do plano de reequilíbrio financeiro, quer pela Lei dos Compromissos e pagamentos em Atraso; quer pelas medidas de contenção de despesa e de austeridade impostas no âmbito dos compromissos assumidos pelo Governo Português e pela Lei OE 2013.-----



Sobre as premissas e prioridades na preparação do orçamento do Município do Marco de Canaveses:-----

O OE para 2013 contempla medidas que são altamente restritivas e penalizadoras para o poder local, nomeadamente:-----

- a importância do cumprimento e acompanhamento da Lei das Finanças Locais, principalmente no que respeita aos limites do endividamento e às transferências do OE que são reduzidas;-----

- as autarquias tem de proceder à redução de custos através da diminuição do número de trabalhadores e de cargos dirigentes, além das reduções das despesas com pessoal constantes da proposta de Lei, como a não renovação em 50% dos contratos a termo, a redução do pagamento de horas extraordinárias, diminuição subsídio de doença, entre outros.-----

- a redução equivalente do subsídio de férias retirados aos trabalhadores no próximo ano serão afetos ao pagamento de dívida a curto prazo;-----

- redução, de 10% dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias existentes em 30/09/2012 – neste momento, o município do Marco de Canaveses cumpre com este princípio dado que estamos a preparar pagamento dos débitos aos fornecedores existentes em Novembro. O prazo médio de pagamento a fornecedores continua a ser muito inferior a 60 dias. Para manter o rumo, num cenário de quebra acentuada da receita municipal, foi preocupação neste orçamento ajustar a despesa à disponibilidade financeira efetiva do Município.-----

- aumento de 5% da contribuição da entidade patronal para CGA (passa de 15% para 20%);-----



- aumento do IVA do gás, da ~~eletricidade~~ e das refeições escolares que representa um acréscimo superior a 400 mil euros;-----
- retenção de 0,1% do FEF, como receita da DGAL – cerca de 11.000 €;-----
- o aumento da receita do IMI resultante do processo de avaliação geral dos prédios urbanos vai ser obrigatoriamente utilizado na redução do endividamento de médio e longo prazo (até ao momento já pagamos mais de 90 mil euros ao Estado pelos encargos cobrança desta receita);-----
- as transferências da autarquia local para orçamento do SNS – já aplicado nos anos de 2010, 2011 e 2012 independentemente da efetiva utilização pelos trabalhadores, e, sem correspondência com as despesas de saúde efetuadas pelos trabalhadores.-----
- a redução nas transferências do OE que se traduz em três anos para o Município do Marco num corte de cerca de 2 milhões de euros. Considerando este montante (que acaba por ser igual ao montante transferido em 2005, como veremos) e a prestação anual de 3,5 milhões euros (amortização da capital + juros) do empréstimo dos 45 M€, totalizam 5,5 M€ por ano. Ora, esta verba era mais do que suficiente para levar a cabo todas as obras consideradas como prioritárias no concelho.-----

Rigor e reforço da consolidação das finanças municipais continuam a ser objetivos que marcam a política orçamental deste executivo, com vista a assegurar a sustentabilidade financeira no longo prazo. O controlo e a redução sistemática da dívida global, a par com uma maior seletividade da despesa municipal, têm sido vetores centrais dos orçamentos dos últimos anos. É nossa convicção que a grave situação económica e social que



atualmente se faz sentir em Portugal e no resto do Mundo não terá solução sem práticas que assegurem o crescimento económico, o incremento da atividade produtiva, a criação de emprego e justiça social. É num quadro de crescentes dificuldades para a população, para os jovens e idosos e para o tecido económico local, que importa sublinhar o alcance das opções que tomámos na elaboração da **proposta do orçamento municipal**.-----

A estimativa de receitas e despesas para o próximo ano: a receita de capital contempla 6,4 M€ para uma despesa de capital de 10,6 M€; para a rubrica da receita corrente estima-se arrecadar um montante de 20,8 M para uma despesa corrente de 16,6 M€, constatando-se assim uma poupança de 4 M€ justificado com o deferimento de alguma despesa corrente que será dotada com a entrada do saldo da gerência anterior, estimado em 3,5M€.-----

Esta poupança financeira permitirá avançar, como veremos mais à frente, com a finalização dos procedimentos de contratação dos investimentos que estamos a levar a cabo com financiamento comunitário, antes do término do QREN que está previsto para Setembro de 2013 e, por outro lado, cumprir com o princípio do equilíbrio nos termos do POCAL em que a receita corrente iguala ou tem de ser superior à despesa corrente.-----

Visão global das receitas.-----

Os valores estimados para as receitas foram calculados no estrito cumprimento da Lei, a qual impõe que os referidos montantes sejam calculados através da média aritmética dos valores executados nos últimos 24 meses, que antecedem a elaboração do orçamento. Assim, estima-se que a receita municipal ascenda a 27,2 M€, representando uma ligeira diminuição



de 238 m€. Destaca-se a forte dependência do orçamento municipal das transferências do Estado, fundo equilíbrio financeiro, fundo social municipal e DREN que totalizam 15 M€ e contribuem em 56% para a receita total. -----

Assinala-se ainda a receita proveniente do ressarcimento das participações comunitárias dos investimentos que temos levado a efeito, e que representa 13% da receita total. Assim, 69% do orçamento municipal depende quer dos montantes transferidos da administração central quer dos ressarcimentos comunitários dos investimentos objeto de participação comunitária.-----

Relativamente às receitas municipais é relevante o peso das receitas fiscais que ascendem a 5,1 M€ e contribuem com 19% para o orçamento municipal. Prevê-se um aumento de 133 mil euros para **as receitas fiscais**, sendo de realçar a estabilização dos impostos diretos associado ao crescimento do IMI e do IUC, na ordem dos 6%, i.e., 189 mil euros, embora penalizado pela perda acentuada de 15% do IMT, ou seja 148 mil euros. Relativamente à derrama e dada a actual conjuntura empresarial estima-se pelas médias apuradas uma estabilização da receita na ordem dos 325 mil euros. Nos **impostos indiretos** prevê-se um aumento de 24% relativamente ao ano anterior pela contribuição essencialmente dos impostos devidos pelos loteamentos e obras, nomeadamente as infra-estruturas urbanísticas. No que concerne às **taxas, multas e outras penalidades** o valor previsto para 2013 representa um decréscimo de 85 mil euros, derivado pelo efeito conjugado da diminuição da cobrança das taxas de loteamentos e obras aos particulares com o aumento da cobrança das taxas provenientes de sua atualização e execução de coimas



e penalidades por contra-ordenação, de multas e penalidades diversas com a implementação do software de execuções fiscais. No que concerne às **receitas não fiscais** estimam-se em 22M€ com uma diminuição de 371 mil euros face ao ano anterior proveniente da menor arrecadação das verbas referentes às comparticipações comunitárias das candidaturas aprovadas no âmbito do QREN, da venda de bens e serviços correntes como veremos e de outras receitas correntes. O valor previsto nas **transferências correntes** deriva das previsões apresentadas no Orçamento de Estado para 2013, nomeadamente Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação fixa no IRS, que totalizam 13.153 mil euros, aumentando 2,2 M€ devido à crescente delegação de competências do Governo, efeito compensado pela diminuição nas transferências de Capital. Destacam-se ainda, as receitas provenientes de protocolos com o Ministério da Educação no âmbito do pré-escolar, da generalização do fornecimento de refeições escolares e das atividades de enriquecimento curricular, no montante de 2 milhões de euros, sendo o remanescente das transferências correntes, no total de 542 mil euros, proveniente, essencialmente, da execução de programas com financiamento comunitário, nomeadamente do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN). Saliente-se que, neste contexto, o Município terá de manter a execução efetiva dos compromissos com as Juntas de Freguesia relativos às transferências provenientes dos acordos de colaboração em parceria com a DREN. -----

Os rendimentos de propriedade, respeitam ao contrato de concessão de distribuição de energia elétrica com a EDP o qual se deve ao encontro de



contas entre a arrecadação de receita trimestral das rendas de concessão e o pagamento da iluminação pública. Dos restantes 12 mil euros, resultam dos juros das aplicações financeiras que a autarquia efetua mensalmente no sentido de rentabilizar os fundos de tesouraria em função do plano de pagamentos.-----

O agregado outras receitas correntes sofreu uma diminuição de 318 mil euros, que se justifica essencialmente pela entrada de receita extraordinária no ano anterior no valor de cerca de 176 mil euros referente ao encontro de contas respeitante ao consumo de eletricidade dos equipamentos municipais concessionados à empresa Águas do Marco, S.A. mas cujo contador estava em nome do Município. A receita proveniente do pagamento de refeições e prolongamento escolar ao nível das escolas cuja competência se manteve na autarquia. -----

A venda de bens e serviços correntes representa 3% das receitas totais, com especial relevância para as receitas provenientes dos Resíduos Sólidos, Serviços Desportivos, designadamente os serviços prestados nas Piscinas Municipais, Alugueres de Espaços e Equipamentos, das Rendas das habitações sociais, com uma previsão total de 772 mil euros. Este ano a autarquia prevê uma diminuição de (-5%) e que será resultante da entrega efetuada das verbas arrecadadas da receita de resíduos sólidos e urbanos pelas freguesias em anos anteriores e que se traduz em menos cerca de 205 mil euros, e da diminuição do montante de receita dos Serviços Desportivos (menos cerca de 23 mil euros). Saliente-se que esta diminuição foi atenuada com a entrada de



verbas relacionadas com o sorteio de Mercados e Feiras realizado e cujo pagamento foi bienal.-----

Na rubrica venda de bens de investimento revê-se um aumento de 383 mil euros, relativamente ao valor orçado para o ano transato, a aposta na alienação de bens possibilita para além da arrecadação de receita extraordinária, a redução de gastos na conservação e manutenção destes bens. A existência de valores no agregado económico ativos financeiros diz respeito a eventual necessidade de operações de venda de ações detidas pelo Município de Marco de Canaveses como se verificou da REBAT, S.A para a E.G.F – Empresa Geral do Fomento, S.A no âmbito do processo de constituição da sociedade RESINORTE – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A realizada em 2010.-----

Outras Receitas - Conforme o estipulado no Contrato de Reequilíbrio Financeiro os passivos financeiros, não apresentam nenhum valor de abertura de rubrica. Como é do conhecimento, o Órgão Executivo já obteve a aprovação por parte do Governo da nova proposta de reestruturação do plano de reequilíbrio financeiro para solver as dívidas existentes no montante de 7 milhões de euros através de Despacho (n.º 7397/2011,) de 18 de Maio. No entanto, a finalização do procedimento concursal para a contração do empréstimo de 3,5 M€ anda não se encontra concluída uma vez que o processo está em análise no atual Governo para submissão posterior a visto no Tribunal de Contas. Os valores considerados em **transferências de capital** dizem respeito às verbas provenientes do Estado verificando-se uma redução do FEF capital em (-50%) que é compensada através do aumento do



FEF corrente no montante de 2,2 milhões de euros. Encontram-se também inscritos os valores comparticipados FEDER definidos para a execução dos projetos comparticipados aprovados e que ascendem a 3,4 milhões de euros. Estas verbas constituem o único meio de alavancagem financeira para permitir a realização dos investimentos previstos no âmbito das candidaturas apresentadas, e representam os montantes a receber, em 2013, de acordo com a execução física das obras/atividades constantes nos contratos de financiamento. De salientar que estes montantes serão afetos como receita consignada à respetiva despesa de investimento.-----

Sobre a despesa:-----

Em comparação com os valores orçamentados para o exercício de 2012 prevê-se que a **Despesa Corrente**, em 2013 aumente 225 mil euros, e simultaneamente que a **Despesa de Capital** diminua 462 mil euros. É de realçar que 62% do total das despesas, já estão "consignadas" ao pagamento das despesas com pessoal, com as aquisições de bens e serviços e com o serviço da dívida, o que totaliza 17 M€.-----

Estima-se que as **despesas com o pessoal** tenham um ligeiro aumento de 2% ou seja 167 mil euros, em grande parte fruto do aumento da de 15 para 20% da contribuição por parte do Município para a Caixa Geral de Aposentações ou seja um acréscimo de 265 mil euros. Uma análise dos valores permite verificar a redução das remunerações certas e permanentes em 137 mil euros, nomeadamente ao nível do Pessoal do quadro em regime de contrato individual de trabalho no seguimento das reduções impostas com OE 2012. (Esta diminuição prende-se com a redução remuneratória aprovada



nos termos do Orçamento do Estado para 2011 e que definiu a redução das remunerações totais ilíquidas mensais acima dos mil e quinhentos euros, com taxas de redução por escalões de 3,5% a 10%.) Os montantes definidos para a contratação de pessoal a termo e em regime de tarefa ou avença justificam-se essencialmente para assegurar às delegações de competências, nomeadamente o Programa de Generalização das Atividades de Enriquecimento Curricular, e pelo preenchimento de postos de trabalho através de contratos de trabalho a termo certo no âmbito do mapa de pessoal no montante de 141 mil euros. A diminuição dos encargos com os abonos variáveis e eventuais resulta, essencialmente, da rubrica de outros suplementos e prémios e abonos em numerário, devido à celebração dos protocolos menos onerosos com o IEFP, no âmbito dos Contratos de Emprego e Inserção (em que a autarquia assume o pagamento de 20% da prestação mensal de desemprego, subs.alimentação, subs. transporte e seguro).-----

A despesa com a **Segurança Social**, que no seu conjunto engloba as contribuições para as diversas entidades de segurança social para além dos encargos com a saúde, seguros, subsídios e prestações familiares, representa 22% das despesas com pessoal. Em termos absolutos destacam-se como mais significativas as contribuições para a Segurança Social dos funcionários públicos - CGA e ao abrigo do Regime Geral e os encargos com a saúde nos montantes de 1.005 mil euros e 400 mil euros, respetivamente.-----

A previsão das despesas com o pessoal foi efetuada, tendo em atenção o disposto nas Regras Previsionais previstas no POCAL (Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro).-----



O agregado económico de Aquisição de bens e serviços sofreu uma diminuição de dotação orçamental que se cifra em (-3%) justificado em parte pelo deferimento de despesa corrente e que será dotada com a entrada do saldo da Gerência anterior para 2013, estimado em 3,5 milhões de euros. Conforme já referi, esta metodologia permite, por um lado, o cumprimento de Princípio do Equilíbrio nos termos definidos no POCAL e por outro lado, possibilita também a existência de dotação necessária para iniciar os investimentos comparticipados, nomeadamente permitir a finalização dos procedimentos concursais, antes do término do QREN previsto para Setembro de 2013.-----

A centralização da função compras articulado com a gestão de stocks a funcionar em pleno em 2012, a plataforma das compras eletrónicas, continuam a ser os instrumentos fundamentais à prossecução da contenção das despesas. Verifica-se que a maior parte das rubricas deste agrupamento de despesas decresce face ao ano anterior, com exceção das seguintes rubricas, **Encargos de cobrança de receitas**, pela necessidade de avaliação dos Prédios no âmbito da atualização dos seus valores para o apuramento do Imposto Municipal sobre Imóveis; **Encargos das instalações**, ao nível da subida do preço das tarifas praticadas ao nível do fornecimento de eletricidade e água; **Combustíveis e lubrificantes** verifica-se no **Gasóleo** pela subida dos preços praticados no seu fornecimento no mercado nacional, e na rubrica Combustíveis - **Outros** pela necessidade de aquisição de combustíveis para aquecimento dos novos equipamentos municipais Centros Escolares de Sande e de Vila Boa do Bispo. No que diz



respeito à rubrica **Conservação de bens, o aumento** de dotação desta componente da despesa resulta da necessidade de se proceder à manutenção e conservação dos equipamentos municipais no âmbito da atividade municipal. O aumento verificado nestas rubricas totaliza cerca de 340 mil euros. -----

Quanto às medidas de contenção e também de austeridade a nível municipal, destacando-se a definição de limite de despesa anual em determinadas aquisições de bens e serviços, nomeadamente: **redução** no montante de 160 mil euros na rubrica **Limpeza e Higiene (-12%)** relacionado com a regularização dos montantes em dívida com a Resinorte, S.A; **redução** no valor de 47 mil euros em despesas relacionadas com **prestações de serviços** referentes a **Estudos, projetos, pareceres e consultadoria (-13%)**; redução no montante de 62 mil euros em **Outros trabalhos especializados (-12%)** e redução no valor de 18 mil euros em despesas relacionadas com a aquisição **de Material de Educação, Cultura e Recreio (-19%)**. Estas medidas de contenção foram estrategicamente definidas de forma a não prejudicar o nível do desempenho do Município nas competências essenciais inerentes ao normal desenvolvimento da atividade autárquica.

Apesar da implementação destas medidas existem ainda compromissos com elevado peso em termos orçamentais, dos quais se destacam os encargos com as instalações, as prestações de serviços na área dos Resíduos Sólidos e Urbanos, as prestações de serviços ao nível do desenvolvimento da atividade municipal para as áreas Social, da Cultura, Educação e Desporto e outros só possíveis numa perspetiva plurianual. Estes compromissos contam com uma



contribuição do Saldo da Gerência Anterior mais elevado (3,5 milhões de euros) face aos anos anteriores atendendo ao esforço por parte do Órgão Executivo na constituição de poupança necessária para avançar com as obras co-financiadas.-----

Considerando a situação económica do país e a atual conjuntura, o Município vê-se confrontado com uma realidade económica e financeira das mais difíceis dos últimos anos. Para o ano de 2013, as principais preocupações mantêm-se sobretudo no acentuar de um rigoroso controlo de despesa motivado pela actual necessidade de contenção financeira: continuar a tornar o controlo da despesa eficiente, particularmente no que se refere nos apoios às festividades, quer em termos de atribuição de apoios financeiros, quer sobretudo em termos de apoios logísticos. Manter-se-á, também o apoio às festividades das Juntas de Freguesia, Paróquias e coletividades do concelho, no que respeita a apoio logístico e organizacional, bem como financeiro, às festividades e comemorações. Neste sentido, e até à implementação da contabilidade analítica, continuaremos a apurar financeiramente o valor dos diversos tipos de apoio: subsídio, palco, divulgação, impressão de folhetos e cartazes, equipamento técnico variado como som, máquinas, etc., apoio técnico, auditório, autocarros, entre outros. Assim sendo, prevê-se a manutenção dos montantes de transferências para as Freguesias cifrando-se em cerca de 1,5 milhões euros, por se concentrarem neste agrupamento os valores previstos no âmbito do funcionamento do ensino pré-escolar, dos jardins-de-infância tutelados pelas Freguesias, bem como dos apoios em termos de ação social escolar. As transferências ocorrem de acordo com os



critérios de apoio definidos pelo Ministério da Educação. Salienta-se que este valor é inferior ao ano transato atendendo ao facto de algumas Freguesias (Rio de Galinhas, Sobretâmega, S. Nicolau, Tabuado e Várzea de Ovelha e Aliviada) terem abdicado do protocolo de gestão dos estabelecimentos de Ensino Público do Pré-escolar e do 1.º CEB e ser atualmente o Município o gestor destas competências. No entanto e a contra-ciclo, foi definido ao nível das Transferências de Capital, o esforço de manutenção do montante de comparticipação que se cifra em 350 mil euros destinados aos investimentos de todas as Juntas de Freguesia do Concelho.-----

Nas **transferências correntes** para Associação de Municípios está previsto a comparticipação de despesas correntes da AMBT-Associação Municípios do Baixo Tâmega, para gestão de vários projetos, designadamente o Património Natural como fator de desenvolvimento do Baixo Tâmega, Rota do Românico; para a CIM-TS - Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, encontra-se inscrita a comparticipação do Município nas candidaturas. É indispensável uma referência ao papel desempenhado pela Câmara no apoio efetivo e continuado à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Marco de Canaveses e aos núcleos da Cruz Vermelha Portuguesa. As **Transferências de Capital** resultantes da dívida contraída pelo Órgão Executivo cessante em 2005 e assumida pelo atual Órgão Executivo encontram-se diferidas para o ano de 2014, onde se prevê a contração do esperado empréstimo.-----

Em 2013, o Investimento direto definido e executado pelos serviços da autarquia, está previsto que ascenda a 6,4 milhões euros, ou seja menos 8% que o orçamentado em 2012, justificado pelo início da execução e pagamento



de empreitadas em 2012. Este volume de investimentos resulta essencialmente da estratégia do Órgão Executivo em definir como prioridade as obras com participação dos fundos comunitários, proporcionando uma alavancagem financeira necessária para a realização de investimentos considerados estruturais para o concelho do Marco de Canaveses ao nível do Ordenamento do Território, da Educação, do Saneamento, do Abastecimento de Água, da Rede Viária e da Eficiência Energética. A limitação das despesas de investimento resulta dos condicionalismos impostos pelo Contrato de Reequilíbrio Financeiro que as fixam em montante limitado ao valor global da receita corrente, acrescido da componente capital do Fundo de Equilíbrio Financeiro, deduzido das despesas obrigatórias. Estes condicionalismos foram ainda agravados para o ano económico de 2013 através do corte efetuado nos montantes de transferências provenientes do Estado e definidos em Orçamento Geral do Estado. -----

O Plano apresenta, também, a orientação estratégica ao nível dos investimentos para o próximo quadriénio do Órgão Executivo. Destaca-se a aposta em novas áreas como o Ensino, Ordenamento do Território, Abastecimento de Água, Saneamento, Desporto, Recreio e Lazer, Transportes Rodoviários e Ação.-----

A previsão dos juros e encargos para 2013 A atual situação dos mercados financeiros proporcionou descidas das taxas de juro praticadas para níveis históricos, sendo o **peso dos juros e outros encargos** de **2,4%** da **despesa total** em **2013**. Comparativamente esta percentagem foi de **3,7%** da **despesa total** em **2012**, o que evidencia a **enorme dependência** do



serviço da dívida de fatores exógenos ao controlo do Município.

Importa referir que o peso do serviço da dívida **representará mais de 12,4% da despesa total.** -----

Entretanto, o Órgão Executivo encontra-se na fase de procedimento concursal de contração do empréstimo de 7 milhões de euros aprovados na nova propositura apresentada referente à reestruturação do Plano de Reequilíbrio Financeiro pelo Governo. Face à crise financeira existente e ao crescente aumento de *spreads* praticados pelas instituições financeiras, espera-se que o Município consiga encontrar em parceria com a C.G.D uma solução que beneficie ambas as entidades, mas que defenda sempre os interesses do Município. A celebração do novo empréstimo de médio e longos prazos permitirá a consolidação orçamental e conseqüente regularização de dívidas existentes. -----

Terminou salientando que:-----

É no quadro de crescentes dificuldades para a população, para os jovens e idosos e para o tecido económico local, que importa sublinhar o alcance das opções que foram tomadas na elaboração da proposta do orçamento municipal:-----

- Um orçamento preocupado com o bem-estar das famílias mantendo as políticas sociais;-----
- Um orçamento que apoia as instituições;-----
- Um orçamento preocupado com o tecido empresarial do concelho;-----
- Um orçamento de contenção, rigor e transparente;-----



O exercício político irá sempre pautar-se por discrição e prudência, por isso defendo sempre o princípio da verdade e da transparência que irá reger a conduta e que guia o executivo deste que iniciei funções autárquicas.-----

Deliberado por maioria com os votos contra dos vereadores do PS e do MCFT, que apresentaram declaração de voto que se encontra anexa à presente ata, aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2013. À Assembleia Municipal.-----

48. Proposta de autorização Prévia no Âmbito da Lei dos Compromissos para o Ano Económico de 2013. Presente proposta do Senhor Presidente. -----

Deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. À Assembleia Municipal.-----

49. Protocolo de Transferências para Investimentos nas Freguesias em 2013. Presente proposta do Senhor Presidente e minuta do protocolo de colaboração financeira.-----

Deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo mencionado, dando-se poderes ao Sr. Presidente ou seu substituto legal para assinatura do mesmo.-----

-----APROVAÇÃO DE ATA EM MINUTA-----

E nada mais havendo a tratar, quando eram 20h30m, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que foi aprovada em minuta, nos termos do artigo 92º da Lei 169/99, na sua redação atualizada. E eu, João Paulo Afonso Maricato, Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, a subscrevi e assino.-----



